

DA SEMI-PERIFERIA DA LÍNGUA PORTUGUESA À COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGUÊS. NOTA INTRODUTÓRIA

Moisés de Lemos Martins & Isabel Macedo**

O mundo da ciência constitui um campo social. E, como tal, conhece relações de força, fenómenos de concentração do capital e do poder, relações sociais de dominação e lutas pelo controlo dos seus meios específicos de produção e reprodução (Bourdieu, 1997). As Ciências Sociais e Humanas (CSH) constituem também um campo social, de forças e lutas, seja para a sua manutenção, seja para a sua transformação, com

* Nota introdutória desenvolvida no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia..

** Moisés de Lemos Martins é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É Diretor da revista *Comunicação e Sociedade* e também da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (RLEC). Doutorou-se pela Universidade de Estrasburgo em Ciências Sociais (na especialidade de Sociologia), em 1984, tem publicado, no âmbito da Sociologia da Cultura, Semiótica Social, Sociologia da Comunicação, Semiótica Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos. Dirigiu durante dez anos o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (de 1996 a 2000, e de 2004 a 2010). Em 2016, a Universidade do Minho concedeu-lhe o Prémio do Mérito Científico. Destacam-se as seguintes obras: *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs* (2017, 2011); *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social* (2017, 2002); *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* (2016, 1990); *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia* (2015).

Isabel Macedo é doutorada em Estudos Culturais pela Universidade do Minho e Universidade de Aveiro, na área da Comunicação e Cultura. A sua tese de doutoramento intitula-se “Migrações, memória cultural e representações identitárias: a literacia fílmica na promoção do diálogo intercultural”. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e integra várias associações nacionais e internacionais na área da comunicação, da educação e da cultura visual. Coeditou a revista *Comunicação e Sociedade*, 34, dedicada ao tema “Ciências da Comunicação e Estudos Lusófonos”, e a *Vista - Revista de Cultura Visual*, 2, intitulada “Memória Cultural, Imagem, Arquivo”. Alguns dos seus principais trabalhos são: “Lisboa africana no cinema: conversas em sala de aula sobre *Li ké terra* e *Cavalo Dinheiro*” (2019, coautora); “Representations of Dictatorship in Portuguese Cinema” (2017); “Os jovens e o cinema português: a (des)colonização do imaginário?” (2016).
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.
E-mail: moisesm@ics.uminho.pt; isabel.macedo@ics.uminho.pt

as relações entre os agentes a influenciarem os processos de tomada de decisão. Para compreendermos este campo específico, é fundamental identificar a distribuição do capital científico, assim como o local ou a posição dos atores sociais dentro desse campo, o que quer dizer, o lugar a partir do qual é tomada a palavra.

As CSH têm um papel importante, em termos económicos, políticos e sociais, na formação da sociedade do conhecimento. Mas o potencial do conhecimento em CSH tem recebido escassa atenção por parte dos decisores políticos, e igualmente por parte das outras comunidades científicas, e mesmo pela sociedade em geral.

Nas condições contemporâneas, a investigação em CSH passou, também ela, a ser organizada em termos empresariais, com a definição de tarefas específicas, “deliberables”, “milestones” e resultados. E a mesma coisa acontece com os *outputs* da investigação, igualmente avaliados em termos quantitativos: número de publicações, apresentação de comunicações em congressos, volume de recursos financeiros, índices de citação, etc. Hoje, parece não haver mais mundo de desempenho académico que não seja necessidades de mercado, injunções financeiras, rankings de respeitabilidade e visibilidade mediática, e ainda, as agências de *rating*, que estabelecem o critério que valoriza a produção científica (Martins, 2015).

Perante estas injunções, muitas abordagens que se propõem como interdisciplinares envolvem unicamente a preocupação com rubricas e tarefas procedimentais específicas e, portanto, carecem de uma visão de estratégia científica integrada e articulada. O resultado final inclui, na maior parte das vezes, publicações, individuais ou coletivas, dos elementos da equipa de um projeto, que procuram cumprir prazos e objetivos. Esta situação tem como consequência a fragmentação do conhecimento produzido.

O tempo desempenha neste contexto um papel crucial. A ideia prevalescente de desenvolvimento toma o Ocidente como modelo, estabelecendo-se na base de pressupostos tecnocientíficos e cumulativos. Por essa razão, revela-se insustentável, sendo urgente introduzir um novo paradigma, caracterizado “pela des-linearidade e pela geração voluntária da espera, da interrupção e da lentidão” (p. 118), como é referido adiante, nesta obra, por Emília Araújo.

À mobilização atual para a produção e para a competição é necessário adicionar outros fatores, que têm influenciado o desenvolvimento das CSH: a hegemonia do conhecimento produzido em língua inglesa e a sub-representação dos países do sul da Europa nas bases de dados científicas de referência.

Sobre estes factores, importa referir o relatório bienal, publicado pela Unesco, sobre o estado atual da produção de conhecimento em Ciências Sociais (CS).

Este documento apresenta uma análise das condições infra-estruturais universitárias e de publicação, que são medidas com base nos índices de citações internacionais.

No início do relatório de 2016, Irina Bokova, diretora-geral da Unesco, refere ter havido, no período compreendido entre 1992 a 2013, um aumento no número de estudos sobre desigualdade e justiça social nas publicações académicas. Destaca, contudo, duas grandes divisões no conhecimento e na investigação na área das desigualdades. Por um lado, dá-se pouca atenção às desigualdades sobrepostas ou múltiplas e que vão para além do rendimento auferido pela população, incluindo aspetos como a saúde, o conhecimento e as questões de género. Em segundo lugar, o foco da investigação em CS sobre desigualdades tende a concentrar-se nos países do Norte, em detrimento dos países do Sul.

Mas a hegemonia do Norte na produção científica em CS não é apenas óbvia no campo das desigualdades. Do ponto de vista linguístico, quatro países – EUA, Reino Unido, Holanda e Alemanha – produzem dois terços das revistas de CS (Unesco, 2010, pp. 143-144).

É, deste modo, essencial reconhecer a desigualdade linguística sistemática na publicação académica em CS. Por desigualdade linguística, Albarillo (2014) entende um padrão consistente ao longo do tempo, de inclusão de revistas em inglês em plataformas de pesquisa em CS, como a Scopus e a JSTOR. Essa desigualdade linguística é subtil e complexa. A título de exemplo, a análise dos dados Scopus e JSTOR (1992-2012), realizada pelo autor, revela um aparente viés para o Inglês, com artigos em língua não inglesa que representam menos de 25% do conteúdo das bases de dados.

Na perspetiva de Martins (2017), as políticas da língua e as políticas de comunicação da ciência decidem, não apenas quem tem o poder de definir a realidade social, como de igual modo o poder de impor essa representação. A globalização da investigação em CSH está ligada à globalização dominante, alimentada pela indústria dos países anglo-saxónicos. Mobilidades e redes de investigação, aviações internacionais, grandes reuniões científicas internacionais, patrocinadas por associações globalizadas tendem a enfatizar e a endossar a assimilação e a reprodução do pensamento anglo-saxónico hegemónico no campo das CSH, legitimando o “pensamento único”, científico e epistemológico (Cunha, 2013).

Em Portugal, particularmente no que se refere às Ciências da Comunicação, o Português é a língua de ciência, comum a todas as revistas (Martins, no prelo). E esta política de língua é compreensível, não apenas como uma estratégia para

uma mais alargada difusão da produção nacional, mas também como um modo de ultrapassar as tradicionais dificuldades de uma limitada circulação internacional dos artigos.

A opção pela língua portuguesa não deixa, todavia, de constituir uma manifestação de fraqueza destas revistas, sendo evidente a sua vulnerabilidade, perante a força expressiva de outras línguas, sobretudo da inglesa. O combate pelo fortalecimento da língua portuguesa constitui, assim, um desafio para os investigadores das CSH do espaço lusófono, os quais têm vindo a trabalhar no sentido da afirmação da sua diferença plural e do reconhecimento da diversidade dos povos e culturas que o constituem (Martins, 2016).

Ao longo das últimas décadas, as comunidades científicas da CSH criaram associações nacionais e lusófonas para promover a língua portuguesa como língua de conhecimento, contribuindo para a internacionalização dos seus investigadores (Martins, 2018). No entanto, embora o Português seja falado por mais de 250 milhões de pessoas – constituindo a quinta língua mais falada no mundo¹ – os investigadores de CSH desconhecem, muitas vezes, a investigação que os seus pares linguísticos realizam (Serra, 2016).

Num estudo recente, Pinto e Sá (2019) analisam as representações sociais dos vice-reitores para a educação nas universidades públicas portuguesas, no que tange à política e ao planeamento da língua, dadas as suas particulares responsabilidades na definição das políticas educativas das suas instituições. Os resultados do estudo mostram que os cinco representantes das universidades públicas portuguesas que participaram na investigação valorizam a aprendizagem e o ensino de idiomas. No entanto, como estratégia para a internacionalização e como instrumento que potencializa a mobilidade de estudantes e funcionários, valorizam especificamente e quase em termos exclusivos a língua inglesa. Mas não deixaram, por outro lado, de destacar o papel da língua portuguesa como estratégia para atrair estudantes, professores e investigadores de outros países de língua portuguesa.

Como adiante refere Anabela Gradim, é um facto que Portugal não tem uma política definida para a utilização do português como língua de ciência. E, nestas circunstâncias, o que se observa é o apagamento da língua portuguesa como veículo de ciência e a utilização do Inglês como língua de publicação e

1 Miniwatts Marketing Group. 2019. Top ten Internet languages—World Internet statistics. <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

internacionalização. Esta autora assinala, ainda, que se assiste, apesar desta indefinição, a um ativismo linguístico no últimos anos que “reclama identidade e representação proporcionais à dimensão dos povos em que a investigação e publicação têm origem e são conduzidas” (p. 181). Carlos Assunção, por sua vez, corrobora esta convicção, referindo que importa criar instrumentos bibliométricos alternativos, tendo por base as línguas portuguesa e espanhola. E acrescenta que importa, além disso, fortalecer e criar novas redes científicas no contexto ibero-americano e lusófono. Tais redes poderão consituir uma forma de combate utilizada pelos países e regiões do mundo que se encontram (mais) na periferia (expressão de Serra), no sentido da afirmação e consolidação do Português como língua de comunicação e ciência.

Ao reunir num mesmo propósito um significativo conjunto de autores do espaço lusófono, *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono* inscreve-se nesta estratégia de combate contra-hegemónico, produzindo conhecimento científico em língua portuguesa, assim contribuindo para a projeção internacional e a consolidação de uma comunidade científica lusófona no campo das CSH.

Esta obra organiza-se em três partes: i. “Cultura e Democracia”; ii. “Cultura e Desenvolvimento”; e iii. “Língua Portuguesa e Comunicação da Ciência”.

A primeira parte integra quatro textos. O primeiro, cujo autor é Paulo Serra, incide sobre duas figuras, a “república das letras” e o “colégio invisível”. Em seu entender ambas as figuras pressupõem o ideal de uma comunicação universalista e intercultural. Contudo, este ideal “envolve, hoje, uma contradição de fundo: a de se pretender atingi-lo através de uma língua que, sendo apenas de alguns, é imposta a todos os restantes: o Inglês” (p. 28). Adotando uma posição contra-hegemónica, e tendo como estudo de caso uma rede científica no campo das Ciências da Comunicação, Serra interroga as condições de desenvolvimento de redes científicas em língua portuguesa.

Por sua vez, Martins Mapera, tendo como ponto de partida a obra de Manuel Mutimucuiu, *Moçambique com Z de Zanolho* (2018), analisa a noção de retórica enquanto artefacto de construção discursiva. E especificamente examina de que modo este escritor procura valorizar um estilo peculiar. Segundo Mapera, a preocupação com a singularidade de um estilo é particularmente manifesta na escrita literária dos escritores moçambicanos da atualidade, uma geração que designa como a geração II mil. Já o texto de Urbano Sidoncha, ao debruçar-se sobre a relação entre cultura e democracia, aponta no sentido de se encontrar na própria

ideia de democracia um dos estabilizadores de sentido para a ideia de cultura. O problema da relação entre o Estado democrático e a cultura é analisado por este autor a partir da relação entre Estado e Sociedade Civil.

Os últimos dois textos da primeira parte desta obra partem do campo das Ciências da Comunicação para a análise dos processos democráticos no Brasil. Rita Aragão analisa o lugar ocupado pelos meios de comunicação no *impeachment* de Dilma Rousseff. Na base de um conjunto de estratégias discursivas que assinala, esta investigadora procura demonstrar como tais estratégias concorreram para a produção de representações sobre as manifestações públicas e reforçaram a (des)qualificação de vários atores políticos brasileiros. O contributo apresentado Marcos Palácios vem neste mesmo sentido, aprofundando, pois, esta reflexão. Conclui, então, que cresce a preocupação com a criação de mecanismos de confirmação das notícias, de modo a que a credibilidade e a qualidade jornalística sejam garantidas. A existência de tais mecanismos tornaria viável a avaliação da qualidade editorial das organizações jornalísticas.

“Cultura e Desenvolvimento” constitui o tema da segunda parte de *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono*. Integram-na cinco artigos. Juremir Machado da Silva abre esta secção, examinando as condições de produção e pesquisa do fenómeno comunicacional na História. Centra-se não na história da comunicação, mas em suportes da comunicação como veículos de cobertura, armazenamento e transmissão de acontecimentos históricos. Analisa também os protocolos de escolha e produção académicos. De seguida, Rita Ribeiro reflete sobre as manifestações tradicionais ligadas à cultura popular, que têm estado ausentes do debate teórico sobre a cultura. Apesar de ocupar um lugar periférico, a cultura popular é fundamental na construção identitária das comunidades e tem resistido “à expropriação e reificação a que foi submetida” (p. 107). Emília Araújo, por sua vez, aborda um dos dilemas centrais que se colocam hoje ao desenvolvimento: a relação entre tempo de curto prazo e tempo de longo prazo, buscando problematizar alguns dos principais elos de ligação com a cultura. Já Albino Rubim apresenta uma investigação que procurou compreender as políticas de financiamento e de promoção da cultura no Brasil, quer a nível nacional, quer estadual, tendo como estudo de caso o estado da Bahia. Para o efeito, Rubim considera, em particular, os incentivos fiscais e os fundos de apoio à cultura. Numa cada vez mais intensa cultura de consumo e de comunicação, os estilos de vida influenciam decisivamente a construção identitária dos indivíduos. Nesta secção está ainda Renata Pitombo, que se ocupa da moda.

Refletindo particularmente sobre a composição da aparência, Renata Pitombo parte deste dispositivo para problematizar os estilos de vida dos indivíduos. A autora selecionou duas marcas, Osklen e a Elementum, que revelam uma preocupação com as questões ambientais e com a produção e o consumo sustentáveis.

A terceira e última parte de *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono* é dedicada à “Língua Portuguesa e Comunicação da Ciência” e inclui cinco textos. Procurando avaliar as atuais condições de produção e publicação de ciência, Anabela Gradim discute o papel do português como língua de ciência e cultura. A autora defende o espaço ibero-americano enquanto mercado linguístico para a expansão da publicação de ciência, salientando alguns aspetos de afirmação do Português e do Espanhol nos *fora* científicos. Por sua vez, Carlos Assunção chama a atenção para a relevância da língua portuguesa como língua de ciência, considerando a expansão e a internacionalização da língua na chegada da internet, bem como a atual política científica.

Apresentando, entretanto, um conjunto de linhas de intervenção/ação política, que podem ser desenvolvidas pelas universidades, para darem maior visibilidade ao conhecimento científico que produzem, Fernanda Ribeiro reflete sobre a política de intercâmbio e mobilidade de estudantes e docentes/investigadores; sobre a política linguística; sobre a produção científica no campo das CS; e ainda sobre o financiamento e os apoios a redes de cooperação científica, cultural e artística.

No último texto desta secção, com o qual, aliás, se encerra *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono*, Eliseu Mabasso explora a relação da língua portuguesa, enquanto língua de ciência em Moçambique, com línguas moçambicanas de origem bantu, por um lado, e com a língua inglesa, por outro. Para Mabasso, a criação de plataformas virtuais de partilha de conteúdos científicos poderá acrescentar valor à disseminação da produção científica em língua portuguesa.

Referências

- ALBARILLO, F. (2014). Language in Social Science Databases: English Versus Non-English Articles in JSTOR and Scopus. *Behavioral & Social Sciences Librarian*, 33(2), 77-90. <https://doi.org/10.1080/01639269.2014.904693>
- BOURDIEU, P. (1997). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp.

- CUNHA, I. F. (2013). The globalization of research in Social Sciences: The case of Communication Studies in the Ibero-American and Lusophone Space. *Matrizes*, 7(1), 149-165. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i1p149-165>
- MARTINS, M. L. (2015). A liberdade acadêmica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420. [https://doi.org/10.17231/comsoc.27\(2015\).2109](https://doi.org/10.17231/comsoc.27(2015).2109)
- MARTINS, M. L. (2016). Os estudos lusófonos como campo de investigação. In N. B. Bastos (Org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia: história, cultura e sociedade* (pp. 29-46). São Paulo: EDUC.
- MARTINS, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais o futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/51039>
- MARTINS, M. L. (2018). Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica. *Comunicação e Sociedade*, 34, 103-117. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2938](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2938)
- MARTINS, M. L. As revistas portuguesas de Ciências da Comunicação (no prelo). In C. M. K. Peruzzo & R. Gabrioti (Eds.), *Periódicos científicos de comunicação ibero-americanos na divulgação do conhecimento: tendências, políticas e desafios*.
- PINTO, S. & Sá, M. H. A. (2019). Language education policy in Portuguese public universities: the voices of institutional stakeholders. *Current Issues in Language Planning*, 20(2), 140-159. <https://doi.org/10.1080/14664208.2018.1468962>
- SERRA, P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 69-79. <https://doi.org/10.21814/rlec.115>
- UNESCO (2010). World social science report. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Retirado de <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/resources/reports/world-social-science-report>
- UNESCO (2016). World social science report: Challenging Inequalities: pathways to a Just World. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Retirado de <https://en.unesco.org/wssr2016>